

Resultados econômico-financeiros 1T10





LUCRO LÍQUIDO DA AES TIETÊ ATINGE R\$ 238,8 MILHÕES NO 1T10, 10,9% SUPERIOR AO 1T09, E SERÁ INTEGRALMENTE DISTRIBUÍDO SOB A FORMA DE DIVIDENDOS

Comentários do Sr. Rinaldo Pecchio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

No 1T10, a AES Tietê apurou Ebitda de R\$ 377,5 milhões, 10,5% superior ao auferido no 1T09, enquanto o lucro líquido de R\$ 238,8 milhões representa acréscimo de 10,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior. O preço da energia vendida por intermédio do contrato bilateral teve seu reajuste anual em julho de 2009, passando de R\$ 149,72/MWh para R\$ 152,00/MWh.

Dando continuidade à prática de distribuição de proventos adotada desde 2006, a AES Tietê distribuirá a totalidade do lucro líquido obtido no 1T10 na forma de dividendos.

A AES Tietê realizou, em maio de 2010, a 1ª emissão de debêntures no valor de R\$ 900 milhões. Os recursos foram integralmente utilizados para pré-pagar sua dívida com a Eletrobrás.

 Volume de energia gerada 54,6% superior à garantia física	 Crescimento da Receita Líquida em 10,2%	 Aumento de 7,0% nos custos e despesas	 Crescimento de 10,9% no Lucro Líquido
--	---	---	---

R\$ milhões	1T09	1T10	Var (%)
Receita Bruta	438,2	483,3	10,3%
Receita Líquida	417,3	459,8	10,2%
Custos e Despesas	(92,0)	(98,4)	7,0%
EBITDA	341,6	377,5	10,5%
Margem EBITDA - %	81,8%	82,1%	+ 0,3 p.p.
Lucro Líquido	215,3	238,8	10,9%
Margem Líquida - %	51,6%	51,9%	+ 0,3 p.p.
Patrimônio Líquido	716,3	739,9	3,3%
Dívida Líquida	335,5	360,2	7,4%

Índices	1T09	1T10	Var (%)
Lucro Líq* / PL (vezes)	1,0x	1,1x	5,9%
Dívida Líquida/ PL (vezes)	0,5x	0,5x	4,0%
Dívida Líquida/ EBITDA* (vezes)	0,3x	0,3x	6,2%
EBITDA/ Desp.Financ. (vezes)	13,1x	9,8x	-25,3%

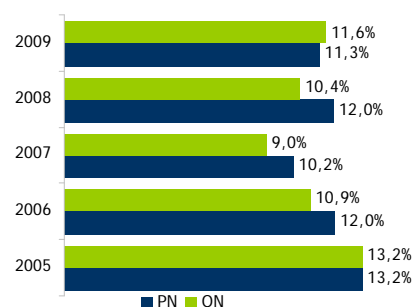
Dados Operacionais	1T09	1T10	Var (%)
Energia Gerada - GWh	3.786,7	4.274,1	12,9%
Preço Contrato Bilateral** (R\$/MWh)	149,72	152,00	1,5%
Investimentos - R\$ milhões	9,4	8,2	-13,7%
Funcionários	300	327	9,0%

* últimos 12 meses

** Contrato com AES Eletropaulo

São Paulo, 14 de maio de 2010 - A AES Tietê S.A. (Bovespa: GETI3 e GETI4; OTC: AESAY e AESYY), anunciou hoje os resultados referentes ao primeiro trimestre de 2010. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto se estiverem indicadas de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados da AES Tietê S.A. e de suas controladas AES Minas PCH Ltda e AES Rio PCH Ltda.

Dividend Yield



Dividend yield - Preço Médio Ponderado do Período

GETI3: R\$ 17,44 GETI4: R\$ 19,31 (13/05/10)

VALOR DE MERCADO: R\$ 6.993 MM

VALOR DE MERCADO: US\$ 3.942 MM

DESTAQUES DO 1T10

Operacional

↑ A geração de energia no 1T10 foi 54,6% superior à garantia física.

Financeiro

↑ A receita líquida auferida no 1T10 totalizou R\$ 459,8 milhões, com crescimento de 10,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Ver página 07.

↑ O Ebitda apresentou acréscimo de 10,5% quando comparado ao 1T09, encerrando o trimestre em R\$ 377,5 milhões, com margem de 82,1%. Ver página 09.

↑ Decisão favorável à Companhia na disputa judicial com Furnas Centrais Elétricas (“Furnas”) com impacto positivo de R\$ 42,6 milhões no resultado financeiro. Ver página 10.

↑ A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 238,8 milhões no 1T10, resultado 10,9% superior aos R\$ 215,3 milhões obtidos no 1T09. Ver página 11.

Eventos Subsequentes

↑ Na AGO/E realizada no dia 30 de abril de 2010, foi aprovada a distribuição de proventos no valor de R\$ 144,3 milhões referente ao 4T09. Desse montante, R\$ 113,7 milhões serão distribuídos na forma de dividendos complementares do saldo remanescente do lucro líquido do 4T09 na seguinte proporção: R\$ 0,28 por ação ON e R\$ 0,31 por ação PN. Adicionalmente, foi aprovada a distribuição de R\$ 30,7 milhões em juros sobre capital próprio (JSCP), conforme segue: R\$ 0,08 por ação ON e R\$ 0,08 por ação PN. Os pagamentos serão efetuados em 19 de maio de 2010.

↑ Em 03 de maio, ocorreu a liquidação financeira da 1ª emissão de debêntures da Companhia, no valor de R\$ 900 milhões. Os recursos foram integralmente utilizados para pré-pagar, em 04 de maio de 2010, a sua dívida com a Eletrobrás.

↑ Em 14 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de R\$ 238,8 milhões na forma de dividendos, correspondentes a 100% do lucro líquido do 1T10, na seguinte proporção: R\$ 0,60 por ação ordinária e R\$ 0,66 por ação preferencial. O pagamento será efetuado em 08 de junho de 2010.

CONTEXTO OPERACIONAL

GERAÇÃO HIDRELÉTRICA NO BRASIL

A energia produzida pelas usinas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), formado por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país e de parte da região Norte. Apenas 3,4% da capacidade de produção de eletricidade do Brasil encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados, localizados principalmente na região amazônica.

Cabe ao Operador Nacional do Sistema (“ONS”) executar as atividades de coordenação e controle da operação de geração, visando eliminar as diferenças entre a programação do despacho otimizado e o realizado, utilizando os recursos energéticos disponíveis.

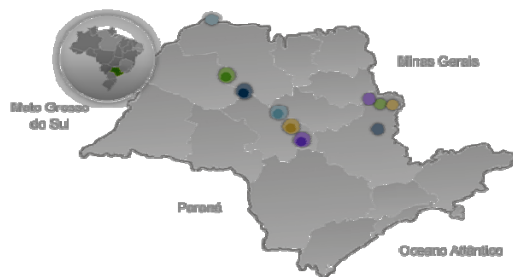
As variações climáticas tendem a ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano uma vez que a produtividade das usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico para acumulação de água em seus reservatórios. O SIN permite captar toda a energia gerada e distribuí-la de maneira adequada pelo território nacional.

De acordo com uma das regras do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), caso determinadas geradoras tenham produzido acima de seus respectivos níveis de garantia física, o adicional da energia gerada será alocado a outras geradoras do MRE que não tenham atingido seus níveis de garantia física. Esta alocação do adicional da energia gerada visa a assegurar que todos os membros do MRE atinjam seus respectivos níveis de garantia física. A garantia física, calculada pela Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”) e ANEEL para cada usina hidrelétrica, é definida como a quantidade de energia que uma usina tem o direito de comercializar por meio de contratos de longo prazo.

PERFIL AES TIETÊ

Uma das mais eficientes geradoras de energia elétrica do Brasil, a AES Tietê possui um parque de usinas composto por 17 hidrelétricas, com capacidade instalada de 2.657 MW e garantia física de 1.280 MW méd.

As hidrelétricas mostradas abaixo fazem parte da AES Tietê (Controladora). O complexo envolve 10 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 2.651 MW e garantia física de 1.275 MW méd, localizadas nos rios Tietê, Grande, Pardo e Mogi-Guaçu, nas regiões central e noroeste do Estado de São Paulo.



Nome e Capacidade Instalada das usinas da AES Tietê:

Água Vermelha (1.396 MW)	Ibitinga (132 MW)
Nova Avanhandava (347 MW)	Euclides da Cunha (109 MW)
Promissão (264 MW)	Caconde (80 MW)
Barra Bonita (141 MW)	Limoeiro (32 MW)
Bariri (143 MW)	Mogi-Guaçu (7 MW)

A Companhia controla a AES Minas PCH Ltda (“PCH Minas”), uma empresa detentora de 7 Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCH”) no Estado de Minas Gerais, sendo que uma delas está desativada, sob estudo de viabilidade técnica. A capacidade instalada das PCHs operacionais somadas é de 5,4 MW, com garantia física de 4,9 MW méd.

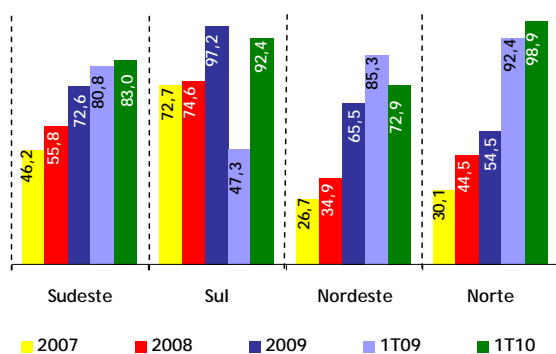
RESERVATÓRIOS

Os níveis de armazenamento dos reservatórios verificados em todas as regiões do Brasil estão bastante confortáveis, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir. Na Região Sudeste, onde estão localizadas as usinas da AES Tietê, esse nível chegou ao final do 1T10 em volume 58% superior à CAR - curva de aversão ao risco calculada pelo ONS.

O nível de armazenamento de energia das usinas da AES Tietê foi de 97,1% ao final de março de 2010, desempenho semelhante ao observado no mesmo período do ano anterior, quando este percentual foi de 98,4%. O alto nível dos reservatórios é reflexo da boa afluência de chuvas que vem ocorrendo nos últimos meses.

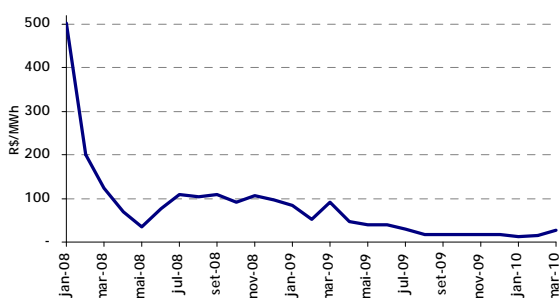
Devido às condições hidrológicas atípicas em 2009 (chuvas acima da média), as comportas dos reservatórios foram abertas logo no início do período chuvoso durante o 4T09, mantendo-se nestas condições até fevereiro de 2010.

Níveis de Reservatórios (%)



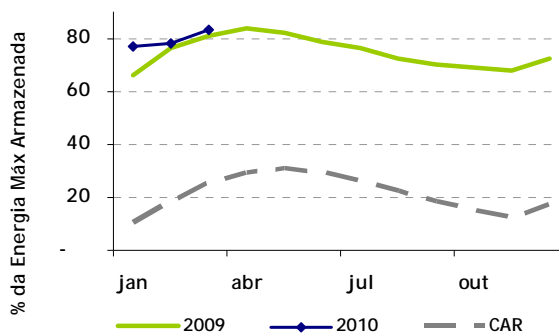
Fonte: ONS (Mar/10)

Preço CCEE - Submercado SE



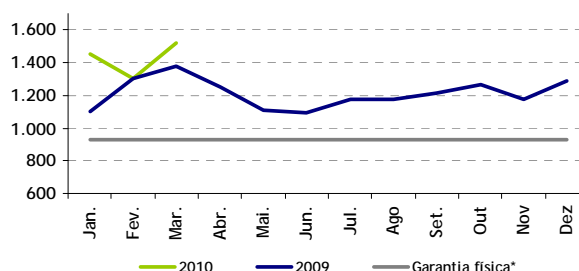
Fonte: Câmara Comercializadora de Energia Elétrica - ("CCEE") * Média mensal simples da garantia física

Curva de Aversão ao Risco - Submercado SE



Fonte: ONS (Mar/10)

Energia Gerada - AES Tietê (GWh)



FONTES DE RECEITA

AES Eletropaulo

A quantidade de energia contratada através do contrato bilateral com a AES Eletropaulo é de 1.268 MW médios e é válido até dezembro de 2015. Este é o montante total de energia que deve ser entregue a cada ano, entretanto, o contrato admite sazonalidade, uma vez que o volume de energia entregue à AES Eletropaulo varia ao longo do ano de acordo com a demanda do mercado atendido por esta companhia. No 1T10, as vendas para a AES Eletropaulo representaram 72,3% do volume de energia vendida e 94,8% do faturamento da Companhia.

O preço praticado pelo contrato bilateral foi fixado em 2000, data da homologação da ANEEL, na sua assinatura, com base na regulamentação vigente que estabelecia o Valor Normativo (VN) como parâmetro de preço para contratações bilaterais. Desde então, este preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M, conforme previsto no contrato.

Em 4 de julho de 2009, ocorreu o reajuste anual pelo IGP-M, de 1,53%, quando o preço passou de R\$ 149,72/MWh para R\$ 152,00/MWh.

CCEE (MRE, Spot e Administrativas)

O preço aplicado à energia faturada através do MRE foi de R\$ 8,18/MWh em 2009 e é de R\$ 8,51/MWh em 2010. Paralelamente, os preços aplicados à energia faturada no mercado Spot variam de acordo com condições mercadológicas de oferta e demanda de energia. O preço spot médio no submercado sudeste foi de R\$ 75,5/MWh no 1T09, R\$ 16,3/MWh no 4T09 e R\$ 18,2/MWh no 1T10.

Nesta categoria, estão também as receitas administrativas da CCEE. Estas receitas se referem, principalmente, ao rateio de receitas auferidas devido aos pagamentos de (i) principal, (ii) correção monetária, (iii) multa e (iv) juros, efetuados por agentes inadimplentes com a CCEE. Importante destacar que os custos relativos ao rateio das despesas administrativas da CCEE são registrados na rubrica "Energia Comprada para Revenda".

Outros Contratos Bilaterais

Desde 2009, a Companhia vem firmando contratos bilaterais de venda de energia de curto e longo prazos como forma de rentabilizar a energia incentivada proveniente das PCHs de Minas e Mogi. No Brasil, a energia elétrica gerada por meio de PCHs pode ser vendida como energia incentivada, a um preço superior ao praticado pela energia convencional proveniente de usinas hidrelétricas. Sendo assim, foram assinados contratos bilaterais de compra de energia de modo a complementar o contrato bilateral com a AES Eletropaulo ao passo que a AES Tietê comercializa a energia proveniente de suas PCHs por intermédio de outros contratos bilaterais de venda.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A seguir, o balanço energético consolidado da Companhia mostra com maiores detalhes o desempenho operacional do 1T10.

Geração (Consolidado) - GWh	1T09	4T09	1T10	Variação	
				1T10 x 1T09	1T10 x 4T09
Energia Gerada Bruta	3.786,7	3.778,7	4.274,1	12,9%	13,1%
Energia Comprada	40,4	122,2	46,1	14,0%	-62,3%
Total de Energia Disponível	3.827,1	3.900,9	4.320,2	12,9%	10,7%

Balço Energético (Consolidado) - GWh	1T09	4T09	1T10	Variação	
				1T10 x 1T09	1T10 x 4T09
Energia Faturada	3.704,9	3.774,8	4.164,1	12,4%	10,3%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	2.786,6	2.586,8	3.014,6	8,2%	16,5%
CCEE	898,9	1.146,0	1.100,4	22,4%	-4,0%
<i>Spot</i>	335,0	349,1	589,1	75,9%	68,8%
<i>MRE</i>	563,9	796,9	511,3	-9,3%	-35,8%
Outros Contratos Bilaterais	19,4	41,9	49,1	153,4%	17,0%

Nota: os volumes de energia demonstrados nas tabelas acima são líquidos, ou seja, consideram a diferença entre o volume vendido e o comprado por meio dos mecanismos citados.

A quantidade de energia faturada para a AES Eletropaulo no 1T10 aumentou 8,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este aumento se deve à sazonalidade existente no contrato bilateral com a AES Eletropaulo, conforme explicado anteriormente. Quanto ao volume de energia faturada através do mercado spot, o aumento é derivado, sobretudo, da maior afluência de chuvas no 1T10 comparado ao 1T09, impactando positivamente o despacho das usinas hidrelétricas do sistema.

Receita (Consolidado) - R\$ milhões	1T09	4T09	1T10	Variação	
				1T10 x 1T09	1T10 x 4T09
Suprimento de Energia	438,2	412,8	483,3	10,3%	17,1%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	417,2	393,2	458,2	9,8%	16,5%
<u>CCEE</u>	19,6	15,6	18,0	-8,0%	15,7%
<i>Spot</i>	14,0	7,3	12,2	-12,4%	67,3%
<i>MRE</i>	5,5	5,7	4,8	-12,3%	-14,8%
<i>Outras (Administrativos)</i>	0,1	2,6	1,0	672,8%	-63,0%
Outros Contratos Bilaterais	1,4	4,0	7,1	401,9%	75,5%

No 1T10, o faturamento advindo do contrato bilateral com a AES Eletropaulo foi de R\$ 458,2 milhões enquanto que o faturamento derivado da CCEE foi de R\$ 18,0 milhões e de outros contratos bilaterais foi de R\$ 7,1 milhões.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA BRUTA

No 1T10, a AES Tietê auferiu receita bruta de R\$ 483,3 milhões, 10,3% superior àquela registrada no mesmo período do ano anterior, de R\$ 438,2 milhões. Esse aumento é explicado essencialmente pelo maior volume de energia vendida para a AES Eletropaulo que passou de 2.786,6 GWh no 1T09 para 3.014,6 GWh no 1T10, apresentando acréscimo de 8,2% em função da sazonalidade do contrato bilateral. Além disso, o preço da energia vendida por intermédio deste contrato teve seu reajuste anual em julho de 2009, passando de R\$ 149,72/MWh para R\$ 152,00/MWh (1,53%).

Na comparação do 1T10 com o trimestre anterior, a receita bruta apresentou elevação de 17,1% (R\$ 70,5 milhões), também resultado da sazonalidade do contrato bilateral, motivo pelo qual o volume de energia vendida para a AES Eletropaulo aumentou 16,5%, passando de 2.586,8 GWh no 4T09 para 3.014,6 GWh no 1T10.

DEDUÇÕES DA RECEITA

PIS e COFINS são impostos que incidem sob a receita da AES Tietê. A alíquota aplicada ao contrato bilateral com a AES Eletropaulo é de 3,65% (regime cumulativo) enquanto que para as demais receitas da Companhia, a alíquota é de 9,25% (regime não cumulativo).

A AES Tietê registrou no 1T10 R\$ 23,5 milhões em deduções da receita ante R\$ 20,9 milhões apurados no 1T09. A variação de 12,6%, acima do ganho de 10,3% da receita bruta, é explicada pela maior participação de outras receitas com alíquotas de PIS / COFINS mais altas.

Na comparação entre o 1T10 e o 4T09, nota-se que as deduções apresentaram variação positiva de 17,8%, acompanhando a variação da receita bruta, que registrou acréscimo de 17,1% no mesmo período.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida auferida no 1T10 totalizou R\$ 459,8 milhões, com alta de 10,2% em relação ao 1T09. O reajuste do preço e o maior volume de energia faturada por meio do contrato com a AES Eletropaulo explicam tal desempenho.

A receita líquida do 1T10 comparada à do 4T09 apresentou aumento de 17,0%, passando de R\$ 392,8 milhões para R\$ 459,8 milhões, também devido ao maior volume de energia faturada por meio do contrato com a AES Eletropaulo.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	1T09	4T09	1T10	Var (%) 1T10 X 1T09	Var (%) 1T10 X 4T09
Pessoal	13.681	16.750	16.820	22,9%	0,4%
Material e Serviços de Terceiros	8.448	18.742	17.448	106,5%	-6,9%
Comp. Financ. Utiliz. Rec.Híd.	15.760	15.847	18.588	17,9%	17,3%
Energia Comprada para Revenda	8.333	16.562	5.443	-34,7%	-67,1%
Transmissão e Conexão	24.290	22.739	23.642	-2,7%	4,0%
Provisões Operacionais	233	54.478	4.844	1979,0%	-91,1%
Depreciação e Amortização	16.249	16.365	16.191	-0,4%	-1,1%
Outras despesas (receitas) operacionais	5.012	15.571	(4.537)	-190,5%	-129,1%
Total de Custos e Despesas Operacionais	92.006	177.054	98.439	7,0%	-44,4%

No 1T10, os custos e despesas operacionais da AES Tietê somaram R\$ 98,4 milhões, representando aumento de 7,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se ao acréscimo nas seguintes contas: (i) material e serviços de terceiros; (ii) pessoal; e (iii) provisões operacionais. O crescimento nessas contas foi parcialmente compensado pela redução em outras despesas (receitas) operacionais.

Na comparação do 1T10 com o 4T09, foi registrado decréscimo de R\$ 78,6 milhões principalmente influenciado pelas reduções das provisões operacionais e de outras despesas (receitas) operacionais.

Pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 16,8 milhões no 1T10, o que representa crescimento de R\$ 3,1 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação decorre dos seguintes aumentos: (i) R\$ 2,1 milhões relacionado a custos e despesas com remuneração, benefícios e encargos, incluindo o Programa de Cargos e Carreira introduzido em maio de 2009 que visa hierarquizar e dar valor relativo aos cargos, além de oferecer a todos a possibilidade de evolução de carreira. Esses valores sofreram o impacto do dissídio coletivo (6,35%) de 2009/2010, válido a partir de julho de 2009; e (ii) R\$ 0,7 milhão relacionado a acordos trabalhistas que visam evitar a majoração dos valores por eventuais condenações, juros e correção monetária.

Em relação ao 4T09, as despesas com pessoal se mantiveram estáveis.

Material e Serviços de Terceiros

No 1T10, os materiais e serviços de terceiros somaram R\$ 17,4 milhões, representando aumento de R\$ 9,0 milhões quando comparados ao 1T09. O maior valor despendido nas contas abaixo contribuiu para esta evolução:

- (i) manutenção bianual das eclusas das usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava (R\$ 5,1 milhões);
- (ii) manutenção de equipamentos de geração da usina Nova Avanhandava (R\$ 1,2 milhão);
- (iii) advogados e publicações legais (R\$ 1,2 milhão); e
- (iv) meio ambiente (R\$ 0,8 milhão).

Comparado ao 4T09, a redução foi de R\$ 1,3 milhão, influenciada pelas menores despesas com materiais e equipamentos.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

Os gastos com CFURH no 1T10 totalizaram R\$ 18,6 milhões, aumento de 17,9% em relação ao 1T09. Esta variação é explicada pelo: (i) aumento em 12,9% no volume de energia gerada no 1T10 (4.274,1 GWh) comparado ao 1T09 (3.786,7 GWh); e (ii) reajuste da Tarifa de Referência (TAR) pelo IPCA em 3,7%, passando de R\$ 62,33/MWh em 2009 para R\$ 64,65/MWh em 2010.

Essa conta também apresentou elevação no 1T10 de 17,3% quando comparado ao 4T09. A variação positiva da TAR e o aumento de 13,1% da energia gerada na comparação entre os períodos (3.778,7 GWh no 4T09 versus 4.274,1 GWh no 1T10) justificam a evolução.

Energia Comprada para Revenda

O custo com compra de energia para revenda de R\$ 5,4 milhões no 1T10 representa redução de R\$ 2,9 milhões em relação ao 1T09. Esta variação decorre: (i) do menor preço de compra de energia entre os períodos (R\$ 117,2/MWh no 1T10 e R\$ 139,2/MWh no 1T09); parcialmente compensado pelo (ii) maior volume de energia comprada (46,1 GWh no 1T10 ante 40,4 GWh no 1T09).

Na comparação entre o 1T10 e o 4T09, a conta registrou decréscimo de R\$ 11,1 milhões devido ao menor volume de energia comprada (46,1 GWh no 1T10 ante 122,2 GWh no 4T09), o que foi parcialmente compensado pelo maior preço de compra de energia entre os períodos (R\$ 117,2/MWh no 1T10 e R\$ 58,2/MWh no 4T09).

Transmissão e Conexão

Comparando o 1T10 com o 1T09, os custos de transmissão e conexão foram reduzidos em R\$ 0,6 milhão, totalizando R\$ 23,6 milhões no 1T10. Essa redução é resultado da combinação de dois fatores: (i) a reversão de provisão de R\$ 12,8 milhões registrada no 1T09 em função do acordo firmado entre geradoras (incluindo a AES Tietê), Aneel e distribuidoras referente à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSDg") do período julho de 2004 a dezembro de 2008; e (ii) a nova metodologia de cálculo dos encargos de conexão anunciada pela Aneel em junho de 2009 pelas Resoluções nº 843, 844 e 845/2009, que proporcionou uma economia de R\$ 14,3 milhões para a Companhia por trimestre durante o ciclo tarifário 2009-2010.

No 1T10, os custos de transmissão e conexão somaram R\$ 23,6 milhões, montante R\$ 0,9 milhão superior ao apresentado no 4T09 (R\$ 22,7 milhões). Essa diferença refere-se ao provisionamento do valor devido às distribuidoras a título de PIS/COFINS sobre a TUSDg relativo ao período de julho de 2009 a fevereiro de 2010. O pagamento às distribuidoras foi iniciado em março de 2010.

Provisões Operacionais

No 1T10, as provisões operacionais apresentaram incremento de R\$ 4,6 milhões na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. A principal razão para a variação foi o complemento, no valor de R\$ 4,5 milhões, da provisão referente à parcela da AES Tietê na discussão judicial entre a AES Sul, Aneel e algumas empresas do setor elétrico sobre o Despacho Aneel nº288/02.

Na comparação das provisões operacionais do 1T10 com o 4T09, observou-se redução de R\$ 49,6 milhões. A principal causa desta variação é o registro dos seguintes eventos não recorrentes ocorridos no último trimestre de 2009:

- (i) baixa parcial do projeto de reflorestamento / MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), no montante de R\$ 14,4 milhões, em decorrência da revisão do critério de contabilização dos valores relacionados a esse projeto;
- (ii) baixa de R\$ 18,6 milhões referente ao valor integral do ativo intangível do projeto das PCHs localizadas no estado do Rio de Janeiro; e
- (iii) provisão no valor de R\$ 20,9 milhões relativa à parcela da AES Tietê na discussão judicial entre a AES Sul.

Depreciação, Amortização e Outras Despesas

Os gastos apenas com depreciação e amortização ficaram estáveis em R\$ 16,2 milhões no 1T10 e 1T09. Já no 4T09, essa despesa foi de R\$ 16,4 milhões.

No 1T10, as "outras despesas" apresentaram uma redução de R\$ 9,5 milhões em comparação ao 1T09. O fator que influenciou esse desempenho foi o registro da receita de R\$ 8,1 milhões, ainda como efeito dos ajustes referentes ao racionamento de energia ocorrido entre os anos de 2001 e 2002. Conforme Resolução Normativa 387, de 15/12/2009, os repasses de energia livre para as geradoras, que tiveram início originalmente em março de 2003, devem ser recalculados pelas distribuidoras de forma retroativa desde fevereiro de 2002, o que proporcionou a contabilização de tal receita no trimestre.

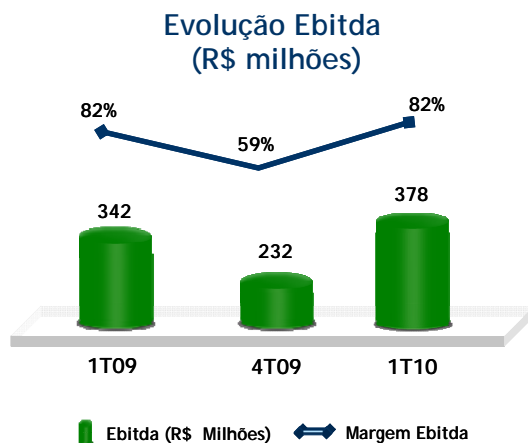
Na comparação do 1T10 com o 4T09, observou-se redução de R\$ 20,1 milhões na conta de "outras despesas". Esta variação é explicada pelos seguintes fatores que impactaram o 4T09: (i) despesas de R\$ 9,7 milhões com o projeto Casa de Cultura e Cidadania e com outros projetos de responsabilidade socioambiental enquadrados na Lei Rouanet, Fundo da Criança e Lei de Incentivo ao Esporte; e (ii) pagamento de R\$ 1,1 milhão em tributos. Adicionalmente, no 1T10 foi registrado valor a receber de R\$ 8,1 milhões referente ao reajuste do repasse de Energia Livre das distribuidoras para a Companhia, conforme mencionado anteriormente.

EBITDA

A AES Tietê registrou Ebitda de R\$ 377,5 milhões no 1T10, com margem de 82,1%, representando incremento de 10,5% na comparação com o 1T09. O desempenho é justificado pelo aumento da receita líquida em R\$ 42,5 milhões resultante do maior volume de energia vendida para AES Eletropaulo e dos

reajustes do preço da energia vendida por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo ocorrido em julho de 2009. Reduzindo parcialmente o efeito positivo do ganho de receita, foi registrado no mesmo período aumento de R\$ 6,4 milhões nos custos e despesas operacionais.

Na comparação entre o 1T10 e o 4T09, observou-se incremento de 62,6% no Ebitda refletindo o aumento de 17,0% da receita líquida e a redução de 44,4% nos custos e despesas operacionais.



RESULTADO FINANCEIRO

No 1T10, a Companhia registrou resultado financeiro positivo de R\$ 0,9 milhão, comparado a um resultado também positivo de R\$ 2,5 milhões no 1T09. Esse desempenho decorre principalmente do recebimento de R\$ 42,6 milhões no trimestre referente à discussão judicial entre a Companhia e Furnas.

Em 2003, Furnas firmou um termo de compromisso com a AES Tietê referente à compra de energia no mercado de curto prazo no Mercado Atacadista de Energia ("MAE", atual CCEE) ocorrida entre setembro de 1999 a Julho de 2000, cujo pagamento parcelado previa a cobrança de correção monetária, juros e demais encargos sobre as parcelas mensais ajustadas. Furnas somente efetuou o pagamento dos valores principais das parcelas deixando em aberto as correções, juros e demais encargos incidentes. Em 2004, a AES Tietê ajuizou ação de cobrança contra Furnas visando o recebimento de tais valores.

Ao final de 2009, após todos os recursos incidentes, a ação foi julgada procedente de forma definitiva em favor da AES Tietê e, em janeiro de 2010, foi iniciada a execução judicial da sentença contra Furnas, envolvendo valor total de R\$ 46,5 milhões. Em fevereiro de 2010, Furnas apresentou impugnação parcial sobre o valor cobrado pela AES Tietê, discordando da cobrança de R\$ 4,2 milhões, por entender que o mesmo não seria devido. Sendo assim, foi permitido o levantamento de R\$ 42,6 milhões pela AES Tietê. O processo judicial continuará tramitando para a discussão dos R\$ 4,2 milhões restantes.

Na comparação do 1T10 como 4T09, observou-se melhora do resultado financeiro na ordem de R\$ 14,5 milhões. Esta variação foi influenciada pelo melhor desempenho da receita financeira no 1T10 em função do evento acima mencionado.

R\$ mil	1T09	4T09	1T10	Var (%) 1T10 X 1T09	Var (%) 1T10 X 4T09
Receitas Financeiras	28.555	15.619	39.411	38,0%	152,3%
Despesas Financeiras Total	(26.044)	(29.270)	(38.549)	48,0%	31,7%
Despesas Financeiras	(29.916)	(27.149)	(24.015)	-19,7%	-11,5%
Variações Monetárias	3.872	(2.121)	(14.534)	-475,4%	n.a.
Resultado Financeiro	2.511	(13.651)	862	-65,7%	n.a.

Receitas Financeiras

Em 31 de março de 2010, as disponibilidades e investimentos de curto prazo da AES Tietê somavam R\$ 573,8 milhões e estavam representadas por operações de curto prazo, com rentabilidade média em torno de 102,3% do CDI no 1T10 comparado à rentabilidade média de 102,9% do CDI no 1T09 e 101,8% do CDI no 4T09.

O incremento de 38,0% nas receitas financeiras quando comparadas ao mesmo período do ano anterior decorre, sobretudo, do registro nesta conta de R\$ 27,7 milhões a título de juros e multas envolvidos na discussão judicial entre Furnas e a Companhia. Tal efeito foi parcialmente compensado pelo menor saldo médio de aplicações financeiras, que passou de R\$ 948,1 milhões no 1T09 para R\$ 519,8 milhões no 1T10. A redução do saldo médio é explicada: (i) pelo menor saldo de caixa inicial no 1T10 (R\$ 614,6 milhões) ante R\$ 840,1 milhões no 1T09, em razão do maior pagamento de imposto de renda em 2009 na comparação com 2008 (R\$ 243,0 milhões); e (ii) pelo fato de o imposto de renda de 2009 ter sido pago em março, enquanto o do ano de 2010 ter sido pago em janeiro.

Em relação ao 4T09, as receitas financeiras apresentaram incremento de R\$ 23,8 milhões em função do registro dos R\$ 27,7 milhões mencionados no parágrafo acima.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras somaram R\$ 38,5 milhões no 1T10, apresentando aumento de 48,0% se comparadas às registradas no 1T09. A variação resulta principalmente da alta de 3,69 pontos percentuais do IGP-M, índice que corrige os encargos financeiros da única dívida da Companhia com a Eletrobrás, parcialmente compensado pelo recebimento de R\$ 14,9 milhões referente à correção monetária do valor histórico envolvido no processo judicial entre a AES Tietê e Furnas.

Na comparação do 1T10 contra o 4T09, observou-se aumento de R\$ 9,3 milhões. Novamente, esta variação decorre da combinação entre o aumento do IGP-M em 2,88 pontos percentuais no período, parcialmente compensado pelo recebimento do valor da correção monetária do valor histórico envolvido na ação judicial contra Furnas.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido auferido pela AES Tietê no 1T10 foi de R\$ 238,8 milhões, resultado 10,9% superior ao obtido no 1T09. O desempenho foi influenciado pelo (i) aumento da receita líquida em 10,2% devido ao maior volume de energia vendida para a AES Eletropaulo e ao reajuste de 1,53% no preço da energia vendida por meio do contrato bilateral com a AES Eletropaulo ocorrido em julho de 2009; e (ii) recebimento de R\$ 42,6 milhões referente à disputa judicial com Furnas, que impactou positivamente o resultado financeiro.

Comparativamente ao 4T09, o lucro líquido do 1T10 apresentou elevação de 65,5% em consequência, sobretudo: (i) do aumento da energia vendida para a AES Eletropaulo, (ii) da queda dos custos e despesas operacionais em 44,4% em função dos eventos não recorrentes que impactaram apenas o resultado do 4T09; e (iii) do recebimento no 1T10 de R\$ 42,6 milhões referente à disputa judicial com Furnas.

PROVENTOS

Os proventos referentes aos resultados do 1T10 são de R\$ 238,8 milhões, correspondentes a 100,0% do lucro líquido do trimestre, a serem distribuídos na forma de dividendos e na seguinte proporção: R\$ 0,597630033 por ação ordinária e R\$ 0,657393036 por ação preferencial. O pagamento será efetuado no dia 08 de junho de 2010.

ENDIVIDAMENTO

em R\$ milhões

Montante	Credor	Vencimento	Custo	Garantia
934,0	Eletrobrás	mai/13	IGP-M + 10% a.a.	Recebíveis

DESTAQUES

A AES Tietê não possui contratos de financiamentos bancários.

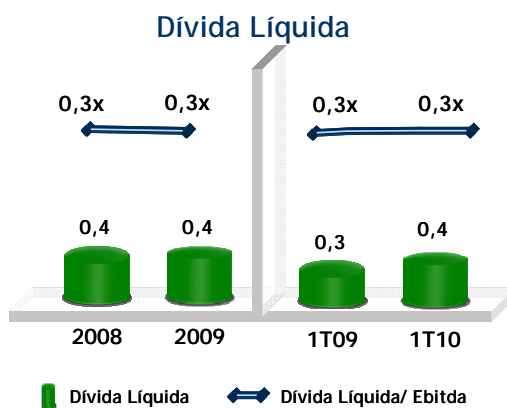
Sua principal dívida é representada por uma confissão de dívida com a Eletrobrás, com amortização mensal e vencimento final em 15 de maio de 2013. Sobre essa dívida incorre juros de 10% a.a. e correção monetária pela variação do IGP-M. Em 31 de março de 2010, o saldo dessa dívida era de R\$ 934,0 milhões, cujo pré-pagamento ocorreu em 04 de maio de 2010.

Em 03 de maio de 2010, ocorreu a liquidação financeira da 1ª emissão de debêntures da AES Tietê, no valor de R\$ 900 milhões, com custo de CDI+1,2% a.a e prazo de cinco anos. Os juros serão pagos semestralmente e as amortizações serão realizadas em parcelas anuais e iguais no 3º, 4º e 5º anos. Os recursos foram integralmente utilizados para pré-pagar a dívida com a Eletrobrás.

A Companhia possui também uma obrigação com a Fundação Cesp (instituição administradora de seus planos de benefícios), que se refere a um contrato de confissão de dívida para financiamento de déficit atuarial relativo ao Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS com vencimento em 2027. O saldo desse contrato é atualizado pela variação do custo atuarial ou pela variação do IGP-DI acrescida de 6% a.a., dos dois o maior. Ao final de cada exercício é feita uma avaliação atuarial e eventuais déficits ou superávits do plano são acrescidos ou subtraídos do saldo do contrato, promovendo o recálculo das parcelas remanescentes.

Ao longo dos anos, os superávits foram reduzindo o saldo do contrato, de modo que em 31 de dezembro de 2009, ele foi integralmente quitado. No entanto, caso eventuais déficits referentes ao antigo plano de previdência privada venham a ocorrer no futuro, um novo contrato de dívida deverá ser firmado com a Fundação CESP.

A dívida líquida ao final do 1T10 era de R\$ 360,2 milhões, 7,4% superior quando comparada à posição de encerramento do 1T09. Essa elevação é explicada, fundamentalmente, pelo menor saldo de disponibilidades em 31 de março de 2010 (R\$ 573,8 milhões) ante R\$ 814,1 milhões em 31 de março de 2009. A relação "dívida líquida/Ebitda" de 0,3x do 1T10 manteve-se estável em relação ao 1T09.



INVESTIMENTOS

A Companhia revisou sua projeção de investimentos para 2010, passando de R\$ 67,6 milhões para R\$ 66,7 milhões.

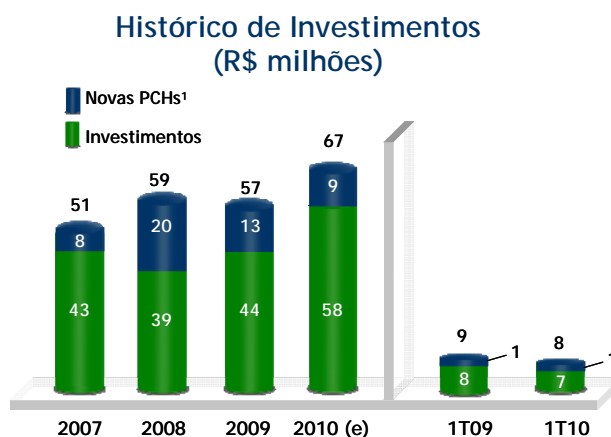
Investimentos estimados para 2010: R\$ 66,7 milhões

- R\$ 54,6 milhões - manutenção, modernização e TI;
- R\$ 3,4 milhões - projetos de meio ambiente; e
- R\$ 8,7 milhões - PCHs Jaguari-Mirim

Os investimentos no 1T10 somaram R\$ 8,2 milhões, montante R\$ 1,2 milhão inferior ao realizado no 1T09.

Principais Investimentos realizados no 1T10:

- R\$ 6,1 milhões - manutenção e modernização de usinas;
- R\$ 1,4 milhão - construção das PCHs Jaguari-Mirim; e
- R\$ 0,5 milhão - projetos de meio ambiente.



1- PCHs Jaguari Mirim e Piabanha

OBRIGAÇÃO DE EXPANSÃO

O Edital de Privatização da AES Tietê S.A (“AES Tietê ou “Companhia”) estabelece a obrigação para a Companhia de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração (“Obrigação de Expansão”), em no mínimo 15% (aproximadamente 400 MW) no Estado de São Paulo através de energia nova, no período de oito anos, a partir da assinatura do seu Contrato de Concessão, ocorrida em dezembro de 1999. Contudo, foram estabelecidas restrições regulatórias desde a privatização supramencionada, em especial a criação do Novo Modelo do Setor Elétrico, que tornaram inviável o cumprimento da obrigação tal qual originalmente concebida. Existem ainda restrições regionais, como a insuficiência de recursos hídricos no Estado de São Paulo e restrições ambientais que impediriam o atendimento da obrigação de expansão.

Em 26 de agosto de 2008, a Aneel emitiu despacho no qual entendeu que a obrigação de expansão vincula somente a AES Tietê ao Governo do Estado de São Paulo, colocando-se, apenas, como fiscalizadora do acordo e manifestando ausência de necessidade de aditamento do contrato de concessão.

Tendo em vista as modificações na regulamentação do setor e o despacho da Aneel acima referido, a AES Tietê vem discutindo alternativas com a Secretaria de Energia do Estado de São Paulo para o atendimento da obrigação.

Em 27 de julho de 2009, a AES Tietê foi notificada pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo para se pronunciar quanto ao cumprimento da obrigação de expansão. A Companhia apresentou resposta em 29 de julho informando os projetos analisados visando o cumprimento da referida obrigação, o que esgota o procedimento da notificação. Eventual desdobramento depende de nova manifestação da referida procuradoria.

Visando cumprir com o requerimento de expansão, a Companhia vem, ainda, estudando a viabilidade de implantação de uma a gás natural, com capacidade de geração de 500 MW e de duas PCHs com potência instalada de 22 MW. Em relação à usina termelétrica, foi definida em novembro de 2009 a localização da planta e em março de 2010 foi iniciado o processo de licenciamento ambiental na CETESB. Além dos projetos citados anteriormente, contribuirão também para o cumprimento de tal obrigação, a conclusão do projeto de 7 MW de geração hidrelétrica nas PCHs São José e São Joaquim (PCHs Jaguari Mirim), que entrarão em operação no segundo semestre de 2010 e 6 MW de co-geração de biomassa contratados por quinze anos com início de suprimento em 2010.

FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

R\$ Milhões	1T09	4T09	1T10
SALDO DE CAIXA INICIAL	840,1	652,4	614,6
Geração Operacional de Caixa	296,9	297,3	367,9
Investimentos	(10,5)	(23,5)	(8,2)
Despesas Financeiras Líquidas	(6,1)	(14,0)	(12,0)
Amortização Líquida	(52,9)	(58,9)	(60,4)
Imposto de Renda	(252,6)	(17,5)	(328,1)
Caixa Livre	(25,2)	183,4	(40,9)
Dividendos e JSCP	0,0	(221,2)	0,0
SALDO DE CAIXA CONSOLIDADO	814,1	614,6	573,8

O fluxo de caixa gerencial é um instrumento de gestão de caixa e pode apresentar algumas diferenças em relação aos procedimentos contábeis, que adotam o regime de competência para fins de reconhecimento de resultados.

O fluxo de caixa livre no 1T10 apresentou variação de R\$ 15,7 milhões quando comparado ao 1T09, passando de R\$ 25,2 milhões negativos para um valor também negativo de R\$ 40,9 milhões. Essa variação é explicada pelos seguintes fatores: (i) da maior geração de caixa operacional no 1T10 (R\$ 367,9 milhões) ante o 1T09 (R\$ 296,9 milhões) em função do aumento do volume de energia vendida à AES Eletropaulo; compensado pelo (ii) maior pagamento (R\$ 75,6 milhões) de imposto de renda e contribuição social em função da melhora do resultado apurado no ano de 2009.

O fluxo de caixa livre no 1T10 foi negativo em R\$ 40,9 milhões, comparado a R\$ 183,4 milhões positivos no 4T09. Essa variação se dá em função do pagamento de imposto de renda e contribuição social referente ao ano de 2009 ter ocorrido em janeiro de 2010.

MERCADO DE CAPITAIS

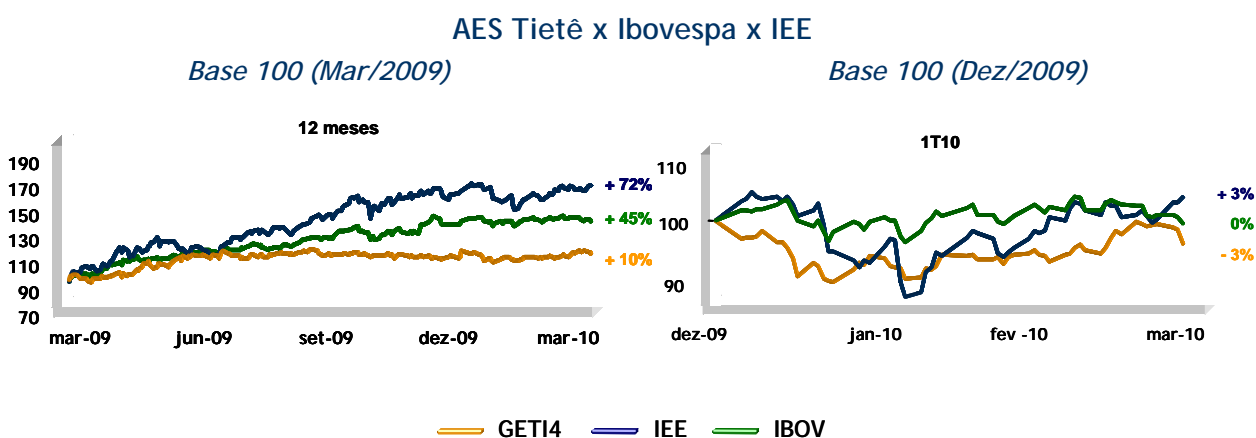
As ações da AES Tietê são negociadas no mercado tradicional da BM&FBovespa sob os códigos GETI3 (ordinárias) e GETI4 (preferenciais). Além disso, a Companhia também possui ADRs Nível I negociadas no mercado de balcão norte-americano sob os códigos AESAY (ordinárias) e AESYY (preferenciais).

As ações da AES Tietê integram o Índice de Energia Elétrica (IEE), que tem como objetivo medir o desempenho do setor elétrico, além do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, que reúne empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial.

DESEMPENHO DA AÇÃO

No 1T10, o Ibovespa apresentou desempenho positivo de 2,6% enquanto que o IEE ficou negativo em 0,4%. No mesmo período, as ações ordinárias da AES Tietê registraram alta de 1,7% e as ações preferenciais queda de 3,5%.

As ações da AES Tietê foram negociadas em 100% dos pregões da BM&FBovespa, ao longo do 1T10. Para as ações ordinárias, foram registrados 16.193 negócios durante o trimestre, envolvendo aproximadamente 13,8 milhões de ações. O volume médio diário negociado no 1T10 foi de R\$ 4,0 milhões, 149,7% superior ao volume médio negociado no 1T09. No caso das ações preferenciais, foram registrados 58.130 negócios no 1T10, envolvendo aproximadamente 30,7 milhões de ações. O volume médio diário negociado foi de R\$ 9,8 milhões, 49,0% superior à média registrada no 1T09. Em 31 de março de 2010, o valor de mercado da Companhia era de R\$ 7,0 bilhões.



COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
Cia Brasileira de Energia	140.882.909	71,35%	59.447.094	32,34%	200.330.003	52,55%
Centrais Elétricas Bras. S.A -Eletrobrás	150.534	0,08%	30.107.688	16,38%	30.258.222	7,94%
Outros (Free Float)	56.427.768	28,58%	94.237.500	51,27%	150.665.268	39,52%
Total	197.461.211	100,0%	183.792.282	100,0%	381.253.493	100,0%

Em 31/03/2010

CONTATOS:

Clarissa Sadock
Diretora de Relações com Investidores
clarissa.sadock@aes.com
Tel: (11) 2195-7048

Analistas de RI	E-mail	Telefone
Carolina Freitas	carolina.freitas@aes.com	(11) 2195-2030
Luciana Silvestre	luciana.silvestre@aes.com	(11) 2195-2282
Nadia Harada	nadia.harada@aes.com	(11) 2195-2286
Roberta Tenenbaum	roberta.tenenbaum@aes.com	(11) 2195-7022

www.aestiete.com.br/ri ri.aestiete@aes.com

A AES TIETÊ CONVIDA PARA:

Teleconferência / Webcast

APRESENTAÇÃO:

Britaldo Soares - Diretor-Presidente

Rinaldo Pecchio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DATA: segunda-feira, 17 de maio de 2010

HORÁRIO: 10:00h (BR) / 09:00 a.m. (EST)

CONEXÃO:

- **Brasil:** (+55 11) 4688-6361
- **EUA:** (1-888) 700-0802
- **Outros países:** (1 786) 924-6977

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PARA INGLÊS

CÓDIGO DA CONFERÊNCIA: AES Tietê

REPLAY: (+55 11) 4688-6312

CÓDIGO: 46623

DISPONIBILIDADE: 17/05/10 até 23/05/10

Os slides da apresentação estarão disponíveis para visualização e download no website www.aestiete.com.br/ri

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela Internet, no mesmo site, onde ficará disponível após o evento.

Declarações contidas neste documento, relativas à perspectiva dos negócios da AES Tietê, às projeções de resultados operacionais e financeiros e ao potencial de crescimento da Empresa, constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Empresa. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado, do desempenho econômico do Brasil, do setor elétrico e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças.

A AES Tietê detém a concessão de operação de dez usinas hidrelétricas, com grande concentração nas regiões central e noroeste do Estado de São Paulo. A capacidade instalada de todo o seu parque gerador é de 2.651 (MW), que corresponde a 20% da energia gerada no Estado, de acordo com dados da Secretaria Estadual de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento. Adicionalmente, a Companhia possui outras sete pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no estado de Minas Gerais. Em 2009, a Empresa gerou 14.558,1 GWh de energia e obteve Receita Líquida de R\$ 1,7 bilhão e Ebitda de R\$ 1,3 bilhão.

ANEXOS - DADOS CONSOLIDADOS - R\$ milhões

CONSOLIDADO		
ATIVO	31.03.2010	31.12.2009
ATIVO CIRCULANTE	866.596	867.413
DISPONIBILIDADES	573.764	614.608
CRÉDITOS	247.387	201.608
Revendedores	34.006	15.097
Contas a receber de partes relacionadas	213.381	186.511
OUTROS	45.445	53.066
Tributos e contribuições sociais	28.804	31.045
Tributos a recuperar	11.247	11.687
Outros créditos	5.394	8.465
ATIVO NÃO CIRCULANTE	193.268	198.989
Tributos e contribuições sociais diferidos	16.348	20.325
Títulos a recuperar	117.551	119.411
Cauções e depósitos vinculados	59.212	58.661
Outros créditos	157	592
ATIVO PERMANENTE	1.176.543	1.184.192
Investimentos	2.099	2.099
Imobilizado e Intangível	1.174.444	1.182.093
TOTAL DO ATIVO	2.236.407	2.250.594

CONSOLIDADO		
PASSIVO	31.03.2010	31.12.2009
PASSIVO CIRCULANTE	696.402	892.646
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	265.982	252.761
Empréstimos e financiamentos	262.186	248.713
Encargos de dívidas	3.796	4.048
FORNECEDORES	100.470	103.610
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	124.839	330.040
DIVIDENDOS PROPOSTOS E DECLARADOS	142.548	146.824
PROVISÕES	36.927	34.216
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	34.808	32.126
Provisão para litígios e contingências	2.119	2.090
OUTRAS CONTAS A PAGAR	25.636	25.195
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	800.135	856.911
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	668.019	716.275
Empréstimos e financiamentos	668.019	716.275
PROVISÕES PARA LÍTIGIOS E CONTIGÊNCIAS	85.171	79.397
OUTROS	46.945	61.239
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	739.870	501.037
Capital Social Realizado	207.227	207.227
Reservas de Capital	252.364	252.364
Reservas de Lucro	41.446	41.446
Resultado do exercício	238.833	-
TOTAL DO PASSIVO	2.236.407	2.250.594

CONSOLIDADO					
Demonstração dos Resultados	1T09	4T09	1T10	Var (%) 1T09 X 1T10	Var (%) 1T10 X 4T09
Receita Operacional Bruta	438.220	412.816	483.318	10,3%	17,1%
Suprimento e Transporte de Energia	438.198	412.814	483.298	10,3%	17,1%
Outras Receitas	22	2	20	-9,1%	900,0%
Deduções da Receita Operacional	(20.908)	(19.984)	(23.533)	12,6%	17,8%
Receita Operacional Líquida	417.312	392.832	459.785	10,2%	17,0%
Custos do Serviço de Energia Elétrica	(92.006)	(177.054)	(98.439)	7,0%	-44,4%
Pessoal	(13.681)	(16.750)	(16.820)	22,9%	0,4%
Material	(648)	(2.679)	(618)	-4,6%	-76,9%
Serviços de Terceiros	(7.800)	(16.063)	(16.830)	115,8%	4,8%
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	(15.760)	(15.847)	(18.588)	17,9%	17,3%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(8.333)	(16.562)	(5.443)	-34,7%	-67,1%
Transmissão e Conexão	(24.290)	(22.739)	(23.642)	-2,7%	4,0%
Depreciação e Amortização	(16.249)	(16.365)	(16.191)	-0,4%	-1,1%
Provisões Operacionais	(233)	(54.478)	(4.844)	1979,0%	-91,1%
Outras despesas (receitas) operacionais	(5.012)	(15.571)	4.537	-190,5%	-129,1%
Resultado do Serviço	325.306	215.778	361.346	11,1%	67,5%
EBITDA	341.555	232.143	377.537	10,5%	62,6%
Receita (Despesa) Financeira	2.511	(13.651)	862	-65,7%	-106,3%
Receitas Financeiras	28.555	15.619	39.411	38,0%	152,3%
Despesas Financeiras	(29.916)	(27.149)	(24.015)	-19,7%	-11,5%
Variações monetárias/cambiais - líquidas	3.872	(2.121)	(14.534)	-475,4%	585,2%
Resultado Antes dos Tributos	327.817	202.127	362.208	10,5%	79,2%
Provisão para IR e Contribuição Social	(107.290)	(68.672)	(115.140)	7,3%	67,7%
Impostos Diferidos	(5.232)	10.886	(8.235)	57,4%	-175,6%
Lucro Líquido do Exercício	215.295	144.341	238.833	10,9%	65,5%

GLOSSÁRIO

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica: autarquia sob regime especial, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando, sempre, a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

Balanco Energético - Conjunto de informações da quantidade de energia elétrica em MWh, detalhadas pelas disponibilidades e pelos requisitos do mercado de energia elétrica da concessionária.

CCEE - (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da Aneel, segundo esta Convenção, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os Agentes da CCEE, restritas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cuja criação foi autorizada nos termos do art. 4º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

Capacidade instalada dos sistemas interligados - É o somatório das potências nominais das centrais geradoras e instalações de importação de energia em cada um dos sistemas interligados das regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Neste último caso não será considerada a potência nominal relativa à Itaipu Binacional.

Capacidade instalada nacional - É soma das capacidades instaladas dos sistemas interligados, acrescida das capacidades instaladas dos sistemas isolados.

Contrato bilateral - Instrumento jurídico que formaliza a compra e venda de energia elétrica entre Agentes da CCEE, tendo por objeto estabelecer preços, prazos e montantes de suprimento em intervalos temporais determinados.

Cust - Contrato do uso do Sistema de Transmissão, a ser assinado pela Unidade Suprida com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Contratação do acesso aos sistemas de transmissão não vinculados aos Contratos Iniciais.

EPE - (Empresa de Pesquisa Energética) Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, criada pelo Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004, com base no disposto na Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004.

Megawatt (MW) - Unidade de medida de energia mecânica ou elétrica, de fluxo térmico e de fluxo energético de radiação, equivalente a um milhão de watts.

MME - Ministério de Minas e Energia

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, que é direcionado a um pleno aproveitamento do parque produtivo, resultando num processo de transferências de energia entre geradores.

ONS - Operador Nacional de Sistemas Elétricos. Pessoa jurídica de direito privado autorizada a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.

PCHs - (Pequenas centrais hidrelétricas) Empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1.000 KW e igual ou inferior a 30.000 KW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3,0 Km², serão considerados como aproveitamentos com características de pequenas centrais hidrelétricas.

RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária. Aumento tarifário, temporário, autorizado pelo art. 4º da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 2002.

TAR - Tarifa Atualizada de Referência, que é utilizada para o cálculo da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. A tarifa é reajustada anualmente com base no IPCA.

TUSDg - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição para as geradoras. Estabelecida pela Aneel e reajustada anualmente.